

SILVANA ALVES DE SOUSA

**IDENTIFICAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO: UMA EXPERIÊNCIA
EM PROCESO NO ESTADO DO PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à banca do Curso de Especialização em
Educação do Campo da Universidade Federal
do Paraná. Como requisito parcial para
obtenção do grau de especialista.

Profº Orientador: Marcos Gehrke.

MATINHOS

2011

IDENTIFICAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO: UMA EXPERIÊNCIA EM PROCESSO NO ESTADO DO PARANÁ

Silvana Sousa¹
Marcos Gehrke²

Resumo

Relata a experiência do processo da identificação das Escolas do Campo no Estado do Paraná, em específico sobre o vivido no Colégio Estadual de Ensino Fundamental e Médio de Calógeras, Arapoti, Núcleo Regional da Educação de Wenceslau Braz (NRE) a partir do Parecer 1011/10-CEE/CEB que normatiza a criação da identidade da Escola Pública do Campo no Estado do Paraná e a Instrução 001/2010 SSED/SUED/SUD. Apresenta argumentos favoráveis e contrários dos sujeitos, a partir das assembleias realizadas. Mostra passo a passo como fazer o processo de identificação. Considera a necessidade de formação de educadores e de toda comunidade escolar para compreender o significado da Escola do Campo.

Palavras-chave: Educação do Campo. Políticas Públicas. Identificação das Escolas do Campo. Assembleias.

Iniciando o diálogo

A Educação do Campo vem pautando no contexto educacional brasileiro a luta por política pública de educação no campo e do campo (CALDART, 2000). Movimento esse protagonizado pelas organizações, movimentos sociais e sindicais do campo e universidades, tornou-se uma ação conjunta, tendo como articuladora a Articulação Paranaense Por Uma Educação do Campo e o Comitê Estadual de Educação do Campo. Ambos pautando e produzindo novos cenários na educação paranaense e, que nesta última década vem se concretizando mais fortemente no Estado do Paraná.

Este movimento busca resgatar uma dívida histórica com os sujeitos do campo, o direito a educação nos locais em que vivem e trabalham, educação de qualidade e também em quantidade, pois precisa ser expandida interiorizada neste país, vinculada a cultura, ao trabalho, ao seu modo de vida. Nesta perspectiva, o diálogo e a opção política são fundamentais para consolidar os caminhos

¹ Especialização em Interdisciplinariedade na Educação Básica-Instituto Brasileiro de Pós-Graduação – IBPEX. Arapoti-Pr, 1998. Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Ciências e Letras de Jacarezinho – FAFIJA, Jacarezinho, SP, 1989. Coordenadora da Educação do Campo Núcleo Regional da Educação de Wenceslau Braz.

² Doutorando em Educação na Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba 2011. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2010. Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento pela Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2005. Especialização em Educação de Jovens e Adultos. Faculdade de Ciências Sociais de Francisco Beltrão FACIBEL e Instituto Brasileiro de Pós – Graduação - IBPEX. Francisco Beltrão – PR, 1998. Graduação em Pedagogia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Três Passos – RS, 1996.

já trilhados e atender as novas demandas que se anunciam, as quais precisam superar os programas e políticas compensatórias e gerar políticas públicas.

Este movimento produz conquistas no âmbito do estado e do governo quando inicialmente constitui dentro da Secretaria de Estado da Educação (SEED) uma Coordenação de Educação do Campo e a partir dela e com ela desdobra um conjunto de programas e políticas públicas. Aqui apresenta o vivido na região de Wenceslau Braz que vem realizando o processo de identificação das Escolas do Campo.

O relato, que é um Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação do Campo oferecido pela Universidade Federal do Paraná-Campus Litoral, traz inicialmente um panorama da Educação do Campo, suas conquistas e desafios, em seguida apresenta o trabalho de identificação das Escolas do Campo no Paraná a partir da legislação criada e por fim traz o vivido em uma das escolas.

O primeiro movimento: panorama das conquistas o Estado do Paraná (1998 a 2010)

O contexto da Educação do Campo no Estado do Paraná é marcado por um conjunto de movimentos que marcam conquistas e desafios. Processo esse, que se funda com a constituição da Articulação Paranaense Por Uma Educação do Campo pelos movimentos sociais (1998); a realização das Conferências Nacionais e Estaduais de Educação do Campo (1998, 2002) e desta articulação um conjunto de produção teórica através da escrita da coleção de cadernos da articulação nacional (1998; 1999; 2001; 2002; 2005; 2008) e a articulação estadual (2000). Desdobraram-se no Paraná a criação do Curso de Pedagogia para Educadores do Campo, parceria entre Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) em 2004 e que hoje esta com a segunda turma em andamento, ambas com financiamento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado também nesse processo de luta. A partir de 2009 com duas turmas de Licenciatura em Educação do Campo, uma na UNIOESTE e outra na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) parcerias com o Ministério da Educação (MEC).

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), por meio do Departamento da Diversidade e da Coordenação Estadual da Educação do Campo, articulada com a Coordenação nos 32 Núcleos Regionais de Educação - NREs, desenvolveu desde o ano de 2003, programas e políticas públicas educacionais voltadas aos sujeitos do campo em parceria com os mesmos, foram conquistas e, ao mesmo tempo um desafio, incorporar as necessidades dos movimentos sociais e do conjunto dos sujeitos do campo nas políticas e programas de um governo no estado. Desse esforço, por quem estava na coordenação, dentro do estado e dos movimentos sociais, no sentido de entrar

no estado sem perder os princípios do movimento, foi um aprendizado que gerou conquistas para os movimentos sociais.

A Conquista da Escola Itinerante para os acampamentos do MST em (2003) para atender as necessidades educativas dos sujeitos em luta pela reforma agrária; a retomada pelo Estado, das Escolas Indígenas, que estavam sendo coordenadas pelos municípios, das etnias Kaingang, Guarani, Xokleng, e descendentes da etnia Xetá nas aldeias do Paraná, com o objetivo de propiciar um ensino de qualidade, voltado a realidade e diferenciada, que respeitasse e fortalecesse os costumes, tradições, língua, bem como uma educação que reconheça as organizações sociais dos povos indígenas; as Escolas das Ilhas, Escolas Quilombolas e as Escolas Faxinalenses, reconhecidas como tal, a partir da produção dos projetos políticos pedagógicos pelos próprios sujeitos. Passou-se a reconhecer as especificidades destes povos tradicionais. Criou e desenvolveu-se o curso de formação inicial de educadores (normal) para formar educadores indígenas.

As Casas Familiares Rurais, outra forma de fazer a Escola do Campo no Paraná, foram ampliadas e a pedagogia de alternância fortalecida, com o assumir do Estado, da contratação de professores por área do conhecimento, incluindo o técnico/agropecuário para atuarem na escola, aproximando as mesmas ao debate da Educação do Campo.

A implementação do Programa Projovem Campo Saberes da Terra no ano de 2010, em parceria com o Governo Federal- MEC/SECAD, com o objetivo de desenvolver políticas públicas de Educação do Campo e para a juventude, oportunizando aos jovens agricultores(as) familiares, excluídos do sistema formal de ensino, a escolarização em nível de Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, integrado à qualificação social e profissional. A parceria entre a Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral (UFPR) e a SEED escolariza os educandos e especializa em Educação do Campo o conjunto de educadores envolvidos.

A formação continuada de educadores foi uma das maiores ações desenvolvidas, voltados à Educação do Campo e em parceria com os movimentos sociais, bem como formações próprias com o conjunto de educadores da rede estadual de ensino, ofertada pela SEED através de grupos de estudos, seminários e simpósios de Educação do Campo.

A elaboração e disseminação de Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação do Campo (PARANÁ, 2006) é mais um passo importante na afirmação da educação como um direito universal, pois vem auxiliar o educador a reorganizar sua prática educativa, tornando-se cada vez mais próxima da realidade dos sujeitos do campo, criando assim um sentimento de pertencimento das crianças e adolescentes, que vão ter na escola um trabalho educativo com sentido em suas vidas. A intenção é que as diretrizes possam motivar os professores na observação e apropriação da riqueza que o campo brasileiro oferece à ampliação dos conhecimentos escolares.

A produção de materiais de apoio pedagógico para escola e educadores, como cadernos temáticos da Educação do Campo, da Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, da Educação para as Relações etno-raciais, dos Sem Terra, dentre outros, marca o compromisso de um governo com a Educação do Campo, sempre pautado pelo movimento social. Mas que aponta desafios para tornar-se política pública.

A partir de 2009, a SEED passou a desenvolver ações que objetivavam a reorganização do atendimento escolar dos sujeitos do campo, garantindo coerência com os documentos oficiais orientadores para a implementação de políticas públicas educacionais da Educação do Campo. Cumpre destacar que, entre os anos de 2000 a 2008, a SEED ampliou de 318 estabelecimentos escolares estaduais que se declararam no Censo Escolar como sendo de zona rural (campo), para o total os 423 estabelecimentos escolares, representando um aumento de 35% de Escolas do Campo. Há, ainda, mais 161 estabelecimentos de ensino que se declararam no Censo Escolar como escolas de zona urbana, porém, localizam-se em territórios rurais. Ressalta-se que as referidas escolas seguem legislação municipal de zoneamento urbano, mesmo apresentando características socioculturais e geográficas de campo, portanto, Escola do Campo.

Diante deste contexto, a SEED, por meio dos processos n.º 1337/2009, de 01/12/2009 e processos n.º 330/2010, de 01/03/2010 encaminha solicitação de apreciação de proposta do Departamento da Diversidade, Coordenação de Educação do Campo sobre a identidade e organização das Escolas do Campo da Rede Pública do Estado do Paraná. Após amplo debate na Câmara de Educação Básica e no Conselho Pleno prevaleceu a decisão de que o Sistema Estadual de Ensino deve acolher a solicitação da SEED, através do Parecer normativo 1011/10- CEE/CEB que prevê a identificação das escolas localizadas no campo ou que atendem sujeitos do campo e nominarem-se Escolas do Campo.

Esse processo nos traz aqui, a constituição do Parecer 1011/10- CEE/CEB que normatiza a criação da identidade da Escola Pública do Campo no Estado do Paraná e a Instrução 001/2010 SSED/SUED/SUD.

O movimento que nos traz aqui: identidade das Escolas do Campo

Se queremos novas relações de produção no campo, se queremos um país mais justo e com mais dignidade para todos, então também precisamos preocupar-nos em transformar instituições históricas como a escola em lugares que ajudem a formar os sujeitos destas transformações (CALDART, 2000, p. 94).

Tomando por base a reflexão acima, transformar a escola, é que nos movemos para tal ação. Para isso tomou-se o Parecer 1011/10- CEE/CEB e a Instrução 001/2010 SSED/SUED/SUD, na Coordenação da Educação do Campo do Núcleo Regional de Educação (NRE) de Wenceslau Braz,

iniciando pelo processo de consulta e debate com as Escolas do Campo na região sobre o processo de alteração de suas identidades, tanto no nome, como na organização do trabalho pedagógico que tal decisão incide.

Seguindo a Instrução, partiu-se da ideia que todos os educadores e escolas precisavam conhecer tal legislação. Nesse sentido, os dois documentos foram encaminhados para cada um dos estabelecimentos, que somam um total de 35 escolas. Realizou-se assembléias nos sete municípios jurisdicionados a este NRE, tanto em escolas estaduais ³(6 escolas nucleadas), como nas municipais, que estão inseridas na zona rural, ⁴(15 escolas multisseriadas e 6 nucleadas), distritos⁵ (6 escolas nucleadas), e em um ⁶Colégio Estadual e uma Escola Municipal da zona urbana, em face de que neste município com aproximadamente 4 mil habitantes, portanto considerado rural⁷, há somente estas duas escolas localizadas na zona urbana, atendendo neste espaço, todos os educandos da cidade e do campo.

O relato que se apresenta é o resulta do vivido em uma das Escolas do Campo.

A preparação da assembléia

Na sequência do trabalho, a preparação da assembleia. Foram envolvidos no processo educandos, educadores, funcionários, Instâncias Colegiadas (APMF, Grêmio Estudantil, Conselho Escolar) movimentos sociais locais e comunidade. Preparar coletivamente já se coloca como processo formativo. Para isso a equipe precisou conhecer os documentos, pensar propostas, debater possibilidades, dividir as tarefas para o dia da assembleia e principalmente, ter clareza dos objetivos que toda essa ação exige. Freitas (2003), quando escreve sobre o processo de relações na escola escreve uma importante consideração que cabe para esse momento.

A escola não é apenas uma coisa, é uma relação. Não é apenas um local, mas um local em

³ Escola Estadual Km 10, Colégio Estadual Pat. São Miguel (Wenceslau Braz); Colégio Estadual Cerrado das Cinzas (Arapoti); Colégio Estadual Milton Sguário (Jaguariaíva), Escola Estadual José Salvador de Souza (Salto do Itararé), Escola Estadual Maria Anésia Dias (São José da Boa Vista).

⁴ Esc. Rural Mun. Silas Gerson Ayres, Esc. Rural Mun. Eduardo Xavier da Silva, Esc. Rural Mun. Do Cadeado, Escola Mun. Cerrado da Roseira, Escola Mun. Rural Maria Nicoletti Ribas, Escola Mun. Rural Lanças (Jaguariaíva); Escola Rural Municipal Marechal Deodoro da Fonseca, Escola Rural Municipal Wenceslau Braz, Escola Rural Municipal São Domingos, Escola Rural Municipal Rodrigues Alves (Sengés); Escola rural Mun. Do Km 44, Escola mun. Paulo novochadlo, Escola Rural Mun. do Alto Caratuva (Arapoti); Escola Rural Municipal Novo Horizonte, Escola Rural municipal Paixão, Escola Rural Mun. Joaquim B. de Oliveira, Escola Rural mun. José Elebson Rodrigues (Wenceslau Braz); Escola Rural Municipal Candido Rondon, Escola Rural Municipal Osvaldo Cruz, Escola Rural municipal José Luiz Belagues (Salto do Itararé); Escola Rural Municipal José de Alencar (São José da Boa Vista).

⁵ Escola Rural Municipal Pedro José Correa, Esc. Rural Municipal Presidente Médici, Colégio Estadual Lauro S. de Oliveira, Escola Estadual Francisco da Silva Reis (Sengés); Colégio Estadual de Calógeras, Escola Municipal Orlando Pinto Mendes (Arapoti)

⁶ Escola Estadual Humberto de Alencar (Castelo Branco), Escola Municipal Euclides Barbosa de Oliveira (Santana do Itararé).

⁷ No Paraná, Verde (In Parecer 1011/2010-CEE/CEB – PR, p. 10) realizou uma pesquisa definindo espaço rural os municípios cuja população total é de 20 mil habitantes – baseado no demógrafo George Martine – e a densidade demográfica inferior a 80 hab./Km² – baseado em Veiga (2002). Para ela, o Paraná possui apenas 7 aglomerações urbanas (Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Litoral, Londrina, Maringá e Ponta Grossa) envolvendo 47 municípios e abrindo 50,3% da população.

que se estabelecem relações entre estudantes, professores, diretores, pais [...] essas relações é que devem ser nosso foco e não apenas as conseqüências delas (FREITAS, 2003, p. 63).

Ele segue dizendo que a forma escolar constitui-se numa maneira de organizar o trabalho pedagógico desde as funções sociais a ela estabelecidas pelo sistema e que nesse momento histórico, na sociedade brasileira e para os movimentos sociais, coloca-se o desafio de resistência, que implica debater a Escola do Campo com todos os sujeitos envolvidos. Aprender novas relações, praticando-as, seja participando de comissões, coordenações, instâncias e assembléias, equipes de trabalho, exercendo liderança em vários coletivos é uma possibilidade e vai marcando a Escola do Campo. O que significa possibilitar novas vivências, novas relações na escola, as quais precisam fortalecer a autonomia dos sujeitos e seus coletivos. Capriles (1989) traz em Makarenko uma importante reflexão para pensar essa formação.

[...] Não se poderá imaginar o coletivo se tomarmos a simples soma de pessoas isoladas; ele é um organismo social vivo e, por isso mesmo, possui órgãos, atribuições, responsabilidades, correlações e interdependência entre as partes. Se tudo isso não existe, não há coletivo, há uma simples multidão (CAPRILES, 1989, p. 154).

Assim vem sendo compreendido o processo de preparação das assembléias e todo processo que dela decorre.

Para a preparação de uma das assembléias, no Colégio Estadual de Calógeras em Arapoti - PR organizou-se o evento com a direção e a equipe pedagógica. Foi planejada a abertura com a mística, que é uma prática na educação do campo, a qual foi organizada pelos educadores e educandos do Programa Saberes da Terra e pelos acadêmicos da Licenciatura em Educação do Campo da UTFPR; os convites encaminhados pela direção da escola; o lanche com as funcionárias do colégio; a preparação da pauta, apresentação do documento e a coordenação da assembléia ficou sob responsabilidade do NRE; a apresentação do histórico da escola com os professores; a ata sob responsabilidade da secretaria do colégio; e combinou-se uma fala sobre Educação e Escola do Campo com um professor convidado.

Ainda em preparação a assembleia, em um primeiro momento, convidaram-se novamente todos os educandos, esclarecendo os mesmos sobre o que iria acontecer. O processo de identificação do *Colégio Estadual de Ensino Fundamental e Médio de Calógeras* para *Colégio Estadual de Ensino Fundamental e Médio do Campo de Calógeras* e a importância da sua participação na assembleia. Neste momento já se percebeu a resistência, na fala de alguns jovens, em se identificarem como do campo, camponeses. Percebeu-se de imediato a presença da lógica do capital que identifica o campo como lugar de atraso e a cidade como lugar do progresso, processo esse que a Escola do Campo precisa enfrentar na formação da juventude.

Segundo Munarin (In Aues, Vendramini, Org 2009, p.56) a ênfase na cidade como lugar da

civilização e o campo como atrasado, possuem suas raízes na divisão social do trabalho, iniciada desde a antiguidade de Platão e desenvolvida complexamente com o avanço do modo capitalista de produção.

Sabia-se desde o início que o processo não seria tranquilo ou tão natural, mas este é justamente o desafio da Educação do campo, formar, conscientizar os sujeitos sobre sua história e lugar na sociedade. Seguiu-se este roteiro para a realização das diversas assembleias, claro que cada uma com suas especificidades, como a própria Caldart destaca quando fala da pedagogia do Movimento.

Fomos aos poucos descobrindo que não existe um modelo ou um tipo de escola que seja próprio para um grupo ou outro, ou que seja revolucionário em si mesmo. Trata-se de alterar a postura dos educadores e o jeito de ser da escola como um todo; trata-se de cultivar uma disposição e uma sensibilidade pedagógica de entrar em movimento, abrir-se ao movimento social e ao movimento da história, porque é isto que permite a escola acolher sujeitos como os Sem Terra, as crianças Sem Terrinha. E ao acolhê-los, eles aos poucos vão transformando, e ela a eles. Um mexe com o outro, num movimento pedagógico que mistura identidades, sonhos, pedagogias...(CALDART, 2005, p. 94).

O vivido na assembleia

A assembleia realizada no Colégio Estadual de Calógeras, uma escola nucleada na última década no Município de Arapoti, situa-se em um Distrito do Município, atende um número expressivos de educandos do campo, advindos dos bairros da zona rural e do próprio distrito. Mesmo os educandos e as famílias que residem no distrito têm uma relação direta com o trabalho do campo, pois a grande maioria trabalha como bóia-fria na região, nas grandes fazendas, no plantio de pinus e eucalipto; ou possuem pequenas áreas de terra para produzirem seu auto consumo.

Este colégio conta também, com duas turmas do Programa Projovem Campo - Saberes da Terra e, diante disso, oito professores cursam a Especialização em Educação do Campo na UFPR. O colégio, diante seu envolvimento com o movimento da Educação do Campo já encaminhou três (ex)alunos para o cursar a Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Tecnologia Federal do Paraná - Campus Dois Vizinhos (UTFPR). Esse colégio conta também com um programa de formação continuada conduzido em parceria com o NRE.

Na tarde da assembleia, reunidos, educadores, funcionários, equipe pedagógica, direção, educandos e comunidade e instâncias colegiadas, seguiu-se o planejado, fez-se a abertura da mesma com uma bela mística dos jovens trazendo os produtos da terra, símbolos da educação, as bandeiras, os cantares do movimento do campo. A abertura oficial proferida pela direção da escola, compôs a mesa com as autoridades presentes, esclareceu sobre os objetivos do assembleia: realizar a mudança

no nome do colégio; esclarecer o que precisa mudar na organização do trabalho pedagógico do mesmo.

Na sequência da assembleia o professor da escola retomou a história do colégio; o porque de seu nome; a trajetória do mesmo, aspectos que não adentraremos aqui. Em seguida a coordenação do NRE apresentou o parecer e o propósito da identificação do colégio como do campo, destacando que seu reconhecimento como Escola do Campo, traria benefícios junto ao SERE para adequação dos registros para fins de informação censitária, estatística, político-pedagógica e de financiamentos específicos; fazendo um breve relato da trajetória da Educação do Campo a nível nacional e estadual, falando também da importância do desenvolvimento de mecanismos que possam ampliar a participação das Instâncias Colegiadas e comunidade na escola e/ou articular-se com a sociedade civil organizada, particularmente, com as organizações populares e movimentos sociais vinculados à Educação do Campo. E, que a escola que se auto definir como do campo, deve organizar com a comunidade escolar, atividades e conteúdos significativos ao contexto socioeconômico, político, cultural e socioambiental, considerando as orientações vigentes da SEED, preferencialmente, atividades, educacionais relacionadas ao desenvolvimento sustentável, solidário e agroecológico.

Na sequência, ouviu-se uma breve fala apresentando o que seria uma Escola do Campo: uma escola pensada com a participação dos sujeitos do campo; uma escola que rompa com a idéia de que o campo é atrasado e sem perspectiva de vida; uma escola que ajude a juventude a pensar saídas para seus sonhos e desejos; uma escola que coloque toda comunidade em movimento, saindo das paredes da escola; uma escola que ajuda a organizar os sujeitos, entre outros.

Por fim, abriu-se para falas, posições e debate.

Logo, tivemos algumas falas contrárias à identificação do colégio como *do campo*. Falas como: “Se a nossa escola for do campo, vão caçar da gente, e vão chamar a gente de caipira” (educanda do Ensino médio); “Os alunos sentem vergonha de falar que são da zona rural quando os levo para participar de jogos” (educador).

Percebemos aí uma marca deixada pelo ruralismo pedagógico⁸, que perdura até os dias atuais em que o próprio termo rural tem a mesma raiz de rústico e rude, enquanto o termo cidade dá origem a cidadão e cidadania. Esta concepção de rural representa uma perspectiva política presente nos documentos oficiais, que historicamente fizeram referência aos povos do campo como pessoas que necessitam de assistência e proteção, na defesa de que o rural é lugar de atraso. Trata-se do rural pensado a partir de uma lógica economicista, e não como um lugar de vida, de trabalho, de construção de significados, saberes e culturas.

⁸ Política que objetivava fixar o homem no campo, marcou esse período da história uma gradativa substituição de poder de uma elite agrária para as emergentes elites industriais (década de 1930). A grande preocupação do período foi com o movimento migratório campo-cidade e com a elevação da produtividade do campo, numa conjuntura em que a industrialização e a urbanização deram seus primeiros e concretos passos. Então, a cidade se consolidava como referência da modernização e do progresso, enquanto o campo representava o antigo e o rústico (DCEs da Educação do Campo – SEED, 2006, p. 17).

Ainda, ouvimos do educador “Não concordo com a mudança do nome, acho que primeiro temos que mudar a nossa prática, considerando a educação do campo, para depois mudar o nome da escola”. Essa fala pode nos levar a duas compreensões, se por um lado esse educador demonstra a sua preocupação com a construção da identidade da escola, concorda-se que não basta acrescentar a palavra “campo” no nome da escola, será necessário todo um trabalho de formação, por outro lado é uma fala que representa a resistência dos educadores com esse projeto e a sua vinculação com outra concepção de campo e educação do campo.

Um dos tantos desafios da Educação do Campo e de educadores que acreditam nesse projeto, a Escola do Campo, será, como salienta Arroyo (2009, p. 240), “de transformar a escola como um tempo mais humano, humanizador, esperança de uma vida menos inumana”. E isso implica trabalho para toda uma vida. Essa reflexão contradiz a posição do professor, durante a assembleia, pois na educação se faz primeiro uma coisa (mudar o trabalho pedagógico) para depois alterar o nome, uma não é condição da outra, as mudanças ou transformações precisam começar e, para isso é preciso colocar as mãos, os sonhos. Mas para tal precisa-se acreditar.

Nessa perspectiva, busca-se propor uma forma de pensar e agir onde a centralidade está no aprender e não no ensinar, na tentativa de traduzir as totalidades da vida humana, dos conhecimentos já sistematizados e das possibilidades de desenvolvimento para uma vida digna e humanizada, apostando na função da escola com processos de humanização que já acontecem na sociedade, com uma concepção de educação alargada, isto é, que seja capaz de considerar os aprendizados da vida presentes nos educandos/as.

Destaca-se ainda outra posição “Se a escola trabalhar a educação do campo, só temos a ganhar, temos três alunos na Universidade no curso da educação do Campo, isto é uma grande vitória, serão os futuros professores da escola” (Conselheiro do Conselho Tutelar). Essa fala demonstra a compreensão de que o trabalho do Colégio de Calógeras, já iniciou o seu processo de ser uma Escola do Campo quando da realização do conjunto de atividades acima apresentadas. Realmente, foi o movimento da Educação do Campo que possibilitou a entrada dos nossos jovens do campo na universidade, evidenciando que esse sujeito coletivo é formador, como escreve Caldart:

Sujeitos Coletivos se formam combinadamente com a formação de pessoas como sujeitos; não há sujeito coletivo, de fato, sem que se garanta a formação de sujeitos humanos; as pessoas assumindo sua condição de ser humano que se faz a si mesmo, sustentam o sujeito coletivo; e o sujeito coletivo exige, acelera a formação das pessoas como sujeitos. É esta a dimensão/tensão pedagógica fundamental presente na materialidade dos Movimentos Sociais, que os torna educadores ou pedagogos coletivos, condutores de processo de formação humana (CALDART, 2005).

Sem a luta dos movimentos sociais por política pública essa juventude estaria fora do ensino

superior, assim assume um dos jovens que frequenta o curso de licenciatura. A formação dos novos sujeitos sociais, coletivos, protagonizadores de transformações, tanto da sociedade, como dos sujeitos envolvidos, também é papel da Escola do Campo. De acordo com Caldart (2005) é preciso dialogar com a Pedagogia do Oprimido (FREIRE, 2005), com a Pedagogia do Movimento (CALDART, 2000) e com o pensamento pedagógico socialista (PISTRAK, 2000; LUDEMANN, 1002; KRUPSKAYA, 1986Ç SAMPAIO, 1989) que são materializações históricas da pedagogia da práxis, para produzir a Escola do Campo. Onçay evidenciando uma das concepções da Educação do Campo, em Gramsci e a Escola, quando expressa

Esta escola deve estar contaminada de uma cultura contra-hegemônica, no sentido de desenvolver uma cultura antagônica a da burguesia; uma escola “desinteressada da cultura burguesa”. Encharcada de uma cultura que ajude os homens a serem livres, governantes, com condições de posicionar-se conscientemente na gestão de uma sociedade democrática, ou “sociedade regulada”, categoria que Gramsci utilizava para definir Sociedade Comunista (2008, p. 149).

Outra reflexão vaporável a Escola do Campo aparece na fala de uma das autoridade presente na assembléia quando diz [...]“É melhor os jovens estudarem aqui do que irem estudar na cidade, lá eles podem se iludir e irem embora, vocês podem ficar aqui e se tornarem um vereador, prefeito, governador do estado[...]” (vereador que reside no distrito). Essa pode ser uma possibilidade, mas para a Educação de Campo a formação política vai para além dos cargos representativos, ela compõem a formação humana de todos.

Uma das educadoras participantes da assembleia levanta uma questão pertinente para a educação pública do estado, quanto revela a insegurança dos mesmos, no que se refere a sua contratação, precarizada e temporária nas escolas da rede. Ela pergunta: “Esta definição pode garantir a nossa permanência nesta escola? Pois iremos iniciar um trabalho em Educação do Campo com os alunos e gostaríamos de dar continuidade” (educadora). Mesmo a SEED/DEDI, tendo desenvolvido várias ações, através da coordenação estadual da Educação do Campo no sentido de estruturar as escolas, ainda conta-se com uma rotatividade de educadores nas escolas. Fica demarcada a necessária luta do movimento docente para reverter essa situação e construir planos de efetivação e fixação de padrão dos educadores em Escolas do Campo.

No ano de 2010, a SEED regulamentou a distribuição de aulas nos estabelecimentos estaduais de ensino, por meio da Resolução 5590/2010. No sentido de estabelecer certos critérios priorizando a contratação, para as Escolas do Campo, de educadores que já participavam da formação continuada e trabalhavam nestas escolas. Como no ano de 2011, assumiu uma nova gestão na SEED, tal Resolução foi considerada ilegal, pois havia necessidade da abertura de um edital específico para assegurar tal distribuição, sendo assim, necessitamos de políticas públicas

para dar conta de garantir a permanência dos educadores nas Escolas do Campo.

Estes momentos de debate e reflexões foram importantes para a aclamação da assembléia, os participantes decidiram então, nomear a nova identidade da escola como *Colégio Estadual de Ensino Fundamental e Médio do Campo de Calógeras*.

Desafios pós assembleia: considerações finais

Ainda ficam muitos desafios a vencer. A escola que se autodefinir como Escola do Campo precisará envolver a comunidade, educadores, educandos, funcionários, e construir, em parceria com o NRE/SEED e movimentos sociais do campo, elementos fundamentais para atender a essas especificidades e oferecer uma educação de qualidade, adequada ao modo de viver, pensar e produzir das populações do campo, agricultores, extrativistas, pescadores, bóias-frias, entre outros.

Acredita-se que este é um momento muito importante para as Escolas do Campo do Estado do Paraná, tendo em vista a continuidade ao processo de implementação da Educação Básica do Campo, que em sua concepção, tem o campo como lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural.

O que nos marcou na maioria das assembleias foi as manifestações dos pais e comunidade concordando com o acréscimo da palavra “campo” no nome da escola enfatizando a necessidade dos professores relacionarem os conteúdos da proposta curricular com a vida deles. Muitos professores indagavam sobre os conteúdos da escola do campo, seriam outros? O que muda então? Concluiu-se, a partir das indagações durante as assembleias, pela necessária realização de formação com toda comunidade escolar para compreender as intencionalidades da Educação do Campo.

Na escola de Calógeras, em especial, já se realizou um exercício de planejamento coletivo, escolhendo temáticas e práticas da Educação do Campo para serem construídas na escola como forma de ir alterando sua cultura escolar. Articulou-se os conteúdos escolares com elementos da vida do campo no sentido de repensar as práticas de ensino, isso tudo na tentativa de demonstrar que a Escola do Campo não pretende “baratear os conteúdos”, e sim, estabelecer relações com a vida dos sujeitos tornando-os significativos.

Com este movimento, percebe-se que se materializou uma identidade para as Escolas do Campo do Núcleo Regional da Educação de Wenceslau Braz, que se autodefiniram como do campo.

Notou-se que os envolvidos no processo, comunidade, educandos, educadores e pais demonstraram interesse em participar desta caminhada, na conquista de uma educação de qualidade para o povo do campo, que trate com respeito e dignidade as crianças, jovens e adultos camponeses, tornando a Escola do Campo, uma escola inclusiva, democrática e igualitária. Entretanto, ainda se carece de ações políticas capazes de efetivar com competência os avanços legais e as demandas

sociais do povo camponês, tem-se carência em movimentos sociais do campo organizados nessa região, para nos auxiliar no processo da Educação do Campo.

Enfim, a caminhada se alargou, as marcas e caminhos deverão ser construídos enquanto se caminha. Entende-se que para participar da construção desta escola, educadores e educadoras, precisam construir coletivos pedagógicos com clareza política, competência técnica, valores socialistas e humanistas.

Referência

ARROYO, M.G.; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. (Orgs). **Por uma Educação do Campo**. 4ª Edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

AUES B W; VENDRAMINI C R. **Educação do Campo**. Desafios Teóricos e Práticos. Florianópolis, SC: Insular, 2009.

BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 1 de 3 de abril de 2002. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Brasília, abr. 2002.

_____. Resolução CNE/CEB Nº 2 de 28 de abril de 2008. **Diretrizes Complementares**. Brasília, 2008.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo**. Cadernos Temáticos: Educação do Campo, Curitiba: Superintendência de Educação. Departamento de Ensino Fundamental, SEED – PR, p. 23-34, 2005.

CAPRILES, René. **Makarenko: o nascimento da pedagogia socialista**. São Paulo: Scipione, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, Luis Carlos. **Ciclos, seriação e avaliação: confronto de lógicas**. São Paulo: Moderna, 2003.

KRUPSKAYA, Nadezhda. **La educación laboral y la enseñanza**. Moscou: Editora Progreso, 1986.

LUEDEMANN, Cecília da Silveira. **Anton Makarenko: vida e obra – a pedagogia na revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sonia Meire S.A. **Por uma educação do campo: Contribuições para construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional “Por uma educação do campo”, 2004.

ONÇAY, Solange Todero Von. **Escolas das Classes Populares**. Ijuí, RS: Unijuí, 2005.

PARANÁ, SEED. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo da Rede Pública de Educação do Estado do Paraná**. Curitiba, 2006.

_____. **Parecer 1011/10- CEE/CEB**. (Consulta sobre as Normas e princípios para a implementação da Educação Básica do Campo no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, bem como do processo de definição da identidade das Escolas do Campo) Curitiba, 2010.

_____. **Instrução 001/2010 SEED/SUED/SUD**. (Estratégias necessárias para a elaboração e a implementação de um plano de trabalho integrado com vistas à gestão das políticas públicas educacionais – da Educação) Curitiba, 2010.

_____. **Orientações DEDI/SEEC**. (Orientações para mudança de nomenclatura das Escolas/Colégios do Campo) Curitiba, 2011. (esses vc precisa colocar o que orientam).

PISTRAK. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

SAMPAIO, Rosa Maria W. F. **Freinet: evolução histórica e atualidade**. São Paulo: Scipione, 1989.